



REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES (CMRI/RS):

Data: 20 de maio de 2013

Horário: 10:00 horas

Local: Sala Alberto Pasqualini

Participantes: Sra. Juliana Botelho Foernges, Subchefe da Casa Civil; Sra. Monique Tadiotto Sichonany e Sr. Humberto Kipper, representantes da Casa Civil; Sr. Paulo Quaglia, representante da Procuradoria-Geral do Estado; Sra. Maria Emília G. Oliveira, representante da SEPLAG; Sra. Juraci Maria S. Nunes, representante da SECOM; Del. Jerônimo José Pereira, representante da SSP; Sr. Carlos Alberto Agostini e Sra. Zulma Rejane Alves Rodrigues, representantes da SEFAZ; Sra. Isabel de Almeida Perna e Sra. Patrícia Linden, representantes da SARH; Sra. Barbara Mairesse Lemos e Sr. Aldo Silveira Peres, representantes da SJDH.

Iniciada a reunião às 10 horas do dia 20 de maio de 2013 pela Subchefe Juliana Botelho Foernges, que comunica que as demandas da LAI estão sendo respondidas no prazo legal. Afirma que a CMRI tem como competência classificar as informações. Compete, também, responder as Demandas na forma recursal.

A Sra. Monique comunicou que a CMRI possui cinco recursos para responder e que pelo Decreto 49.111/12, deve ser julgado até a terceira reunião ordinária. Informa que fez uma minuta do Regimento Interno e outra pelo Sr. Paulo. Afirma a Sra. Monique que este Regimento Interno deve ser aprovado na segunda reunião da Comissão. Sugere que os integrantes levem para casa este para posterior análise. Explica que o Regimento Interno vai nortear todos os trabalhos da Comissão e que o julgamento dos recursos deve ser realizado até a terceira reunião ordinária. Cita o art. 6º do Decreto 49.111. Explica como funciona o Sistema LAI, demonstrando como inicia o pedido até o recurso à CMRI, novamente informando que o prazo para julgamento deste é até a terceira reunião. Sugere mandar os recursos, com antecedência, via e-mail e depois será julgado na reunião. Diz que o Sr. Fábio vai tratar da classificação das informações pela Casa Civil e sugere que dentro das próprias Secretarias estas também classifiquem, afirmando ser importante que o Departamento Jurídico de cada Secretaria possa ajudar. Sr. Paulo começa a leitura da minuta de Regimento Interno feita por ele. Na leitura do art. 6º, inciso VII, há questionamento quanto aos prazos onde Del. Jerônimo afirma que pode o prazo levar seis meses para ser respondido ao cidadão. Sugere a criação de Câmaras Temáticas para responder mais rapidamente. Sra. Monique diz que entende que não precisa Câmaras Temáticas para analisar os recursos, mas talvez seja importante para a classificação das informações. Del. Jerônimo afirma que não é tão simples fazer a classificação das informações, dando exemplo de crime de sedução que ocorria há quarenta anos. Ocorre debate sobre a renovação dos membros da CMRI, de que pode

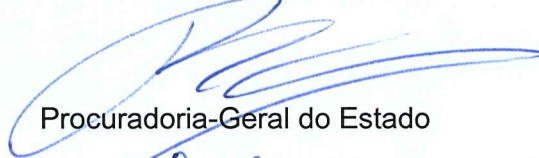
ser a cada dois anos e se todos se renovam ao mesmo tempo ou somente dois terços e depois um terço. Há a preocupação com a continuidade do serviço. Sr. Carlos pergunta se terá relator. Sra. Monique diz que não está previsto. Sugere que a reunião seja bimestral. Sra. Patrícia pergunta se pode alterar o Regimento Interno para introduzir nele a previsão de reunião extraordinária. Sra. Monique e Sr. Paulo afirmam que pode haver previsão de reunião extraordinária. Sra. Monique relata que será realizado capacitação aos gestores locais. Ficou acordado que será enviado este, juntamente com o regimento interno e mais as demandas que estão em grau recursal para leitura dos integrantes desta Comissão. Encerrou-se esta às 11:40 horas do mesmo dia.

De acordo:



Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência

Casa Civil/RS



Procuradoria-Geral do Estado



Secretaria do Planejamento, Gestão e participação Cidadã




Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital



Secretaria de Segurança Pública



Secretaria da Fazenda



Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos



Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos